

# A sedução da recessão

24 JAN 1990

GAZETA MERCANTIL

por José Casado  
do Rio

O Brasil já vive em um processo que pode desembocar numa hiperinflação, de acordo com os critérios clássicos de análise do desempenho de uma economia. Se alguma certeza sobre o curto prazo é possível, a partir da cena atual e das manifestações dos assessores do presidente eleito, é a de que os brasileiros devem enfrentar uma aguda recessão econômica a partir de março.

O governo Fernando Collor de Mello terá que fazer um exercício de clareza, já na posse, para demonstrar a gravidade da situação das contas nacionais e, então, negociar com o Congresso Nacional as alternativas de saída para essa crise, ao menor custo social possível.

Esta é, em síntese, a visão consensual de uma seleta platéia de economistas, empresários e líderes políticos reunida ontem, no Rio, em um debate sobre as perspectivas do País no próximo governo. A idéia da recessão como terapia

econômica seduziu a muitos.

Durante nove horas, políticos de tendências tão distintas como os senadores Roberto Campos e Jânio Passarinho (PDS), Nélson Carneiro e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), discutiram com economistas como Affonso Celso Pastore, Eduardo Modiano, Gilberto Dupas, além da ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, e o empresário Paulo Cunha (grupo Ultra), as alternativas disponíveis para a retomada do processo de desenvolvimento econômico.

Prevaleceu a tese de que, dificilmente o desequilíbrio nas contas nacionais — expresso nos índices mensais de inflação — será resolvido pelo novo governo sem adoção de medidas recessivas.

"O novo governo, certamente, vai precisar de nós, do PDS. Acho até que há muita semelhança entre a situação atual e a que eu e o professor Octavio Bulhões enfrentamos, no governo, em 1964", observou, com

uma dose de ironia, o senador Roberto Campos, ministro do Planejamento no governo do marechal Humberto Castello Branco, autor de um dos programas antiinflacionários mais drásticos que a história registra.

A gravidade da situação e o realismo necessário nas medidas do novo governo devem balizar as gestões entre o Executivo e o Legislativo para impedir uma crise de governabilidade.

Do lado dos congressistas, indica o senador Fernando Henrique Cardoso, "temos uma pressão populista baseada em medidas de impacto". As gestões com o Congresso — diz — tornam-se fundamentais para a criação de condições propícias a reformas na economia.

Propõe a nomeação de um ministro do governo Collor com a específica missão de negociar com os congressistas. Seria uma espécie de antídoto, acha. "A eleição tem enorme força legitimadora, mas a autoridade legítima só ganha eficácia pelo seu desempenho", argumenta Fernando Henrique.

Será vital, pondera o ex-ministro Reis Velloso, que o novo governo comece a trabalhar "sobre bases muito realistas, o que significa reconhecer e dar transparência ao tamanho e à profundidade da crise que enfrentamos, para não repetir os erros dos governos Sarney e Figueiredo — eles passaram o mandato tentando consertar os erros cometidos no primeiro ano, quando apostaram no desenvolvimentismo como alternativa única e eficaz".

Nesse sentido, complementou Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, não pode haver dúvida, por exemplo, sobre a existência de um processo hiperinflacionário: "Uma inflação média de 54% ao mês e crescente é, realmente, um processo hiperinflacionário. Essa taxa, se anualizada (17.693%), é superior à média registrada na Áustria, nos anos 20, e na Bolívia, nos anos 80".

A equipe que prepara o programa econômico de Collor informou o economista Eduardo Modiano, um dos colaboradores, está operando nessa perspectiva. Listou as tendências:

- Haveria um forte ajuste fiscal e uma rígida política monetária por prazo não inferior a dois anos.

- Prevendo-se uma forte recessão no curto prazo, opera-se na preparação de medidas que sustentem o nível de consumo da população de baixa renda.

(Continua na página 6)

# A sedução da recessão

por José Casado

do Rio

(Continuação da 1ª página)

• Uma proposta de renegociação da dívida externa deverá ser apresentada aos credores estrangeiros logo depois da posse, limitando os pagamentos a um percentual do PIB.

• A liberação de preços e salários será gradual, mas completa em prazo médio.

• A desindexação da economia é inevitável e seus efeitos recessivos dependerão do êxito das gestões políticas do governo sobre o seu programa.

"É certo, também, que o novo programa econômico não poderá esconder aspectos fundamentais para o futuro imediato da economia, como a determinação de quem vai arcar com a inflação corretiva ou tarifas e preços defasados", observou Modiano.

Mas o novo governo enfrentará limitações importantes. "No aspecto das privatizações, por exemplo, ao contrário do que prega o senador Roberto Campos, a Constituição impõe que, para extinção de uma empresa estatal, será necessária uma lei específica. Portanto, o poder do Congresso terá peso muito grande", entende o deputado Nelson Jobim (PMDB).

"Está claro, também, que ocorre uma mudança de curso no enfoque de questões financeiras relevantes, como o da dívida interna", nota o senador

Jarbas Passarinho (PDS). Ele constatava o consenso entre os economistas de que a experiência recente da Argentina, que aplicou sucessivos calotes nos portadores de títulos públicos, está determinando uma releitura dessa alternativa e o questionamento de sua eficácia.

"Graças a Deus", ironizou Affonso Celso Pastore, "os argentinos saíram na frente e vão mostrar o quanto essa tese está errada".

Ele, assim como Campos e Modiano, entende que a conversão forçosa de títulos públicos de curto prazo em papéis de prazo longo, além de desastrada, invalidaria o programa. Só seria aceitável depois que o governo conquistasse credibilidade no mercado, provando a eficácia de suas medidas.

Collor, na prática, tem uma chance real — considera o deputado César Maia (PDT). É a de fazer o "choque" necessário às reformas econômicas que deseja nas 24 horas seguintes à sua posse. Se produzir um conjunto de medidas de impacto concreto, capaz de mudar o curso das expectativas inflacionárias dos agentes econômicos, terá facilidade nas gestões com o Legislativo.

"Caso contrário, se esperar 60 a 100 dias para fazer alguma coisa, ele vai passar o mandato 'comendo na mão' do Congresso Nacional", afirmou Maia ao editor Riomar Trindade.